

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre A – 6º andar – Campos Eliseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Capitalização S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

• **Receita com títulos de capitalização**
A receita com títulos de capitalização totalizou no exercício em R\$ 1.774 milhões, com aumento de R\$ 315 milhões, 21,6% em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

• **Resultado financeiro**
O resultado financeiro totalizou no exercício R\$ 88 milhões, com aumento de R\$ 16 milhões, 22,2% em relação ao mesmo exercício do ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo aumento nas receitas com aplicações financeiras.

• **Resultado do exercício e por ação**
O resultado totalizou no exercício R\$ 49 milhões, com aumento de 32,4% em relação ao mesmo exercício do ano anterior. O resultado por ação foi reduzido, comparado ao mesmo exercício do ano anterior, sendo R\$ 0,50 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 0,60 em 31 de dezembro de 2024.

• **Declaração de capacidade financeira**
Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria “Custo amortizado”, títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

• **Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos**
Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.

O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios
Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto,

marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social
Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade
Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de geração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis
Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor
Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de “stakeholders”, por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guiada para “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar – indo além da preservação. A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando

crescimento anualizado de 2,7% (“Atlanta FED GDPNow”), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o “FED” (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do “FED” (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.

No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%.

A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%.

Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receita com títulos de capitalização		1.773.904	1.459.157
Contribuição com títulos de capitalização		1.773.904	1.459.157
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio	15	1.647.883	1.354.896
Contribuição - quotas de carregamento		126.021	104.261
Variação da provisão para receita diferida .		(12.840)	(11.400)
Variação das provisões de resgates		(1.646.005)	(1.352.488)
Variação da provisão de sorteios		(2.531)	(2.634)
Custos de aquisição.....	16	(79.658)	(63.895)
Outras receitas e despesas operacionais		4.449	(4.368)
Outras receitas operacionais		9.396	11
Outras despesas operacionais		(4.947)	(4.379)
Despesas administrativas		(31.615)	(29.274)
Pessoal próprio		(1.999)	(816)
Serviços de terceiros		(6.219)	(7.616)
Localização e funcionamento		(555)	(468)
Publicações		(145)	(174)
Donativos e contribuições		(1.310)	(785)
Despesas administrativas diversas	17	(21.387)	(19.415)
Despesas com tributos		(7.585)	(6.162)
Resultado financeiro	18	87.674	71.657
Receitas financeiras		225.559	170.539
Despesas financeiras		(137.880)	(98.882)
Resultado operacional		85.793	60.593
Resultado antes dos impostos e participações		85.793	60.593
Imposto de renda.....	10.2	(20.389)	(14.688)
Contribuição social	10.2	(12.397)	(9.130)
Participações sobre o resultado		(3.597)	(210)
Resultado do exercício		49.410	36.565
Quantidade de ações		97.992	61.235
Resultado por ação - básico e diluído	20	0,5042	0,5971

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	49.410	36.565
Outros resultados abrangentes	21.397	(21.577)

Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:

Ajustes de títulos e valores mobiliários	35.663	(35.961)
Efeitos tributários	(14.266)	14.384

Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários.....

	70.807	14.988
--	---------------	---------------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
--	------------------	------------------

Atividades operacionais		
Resultado do exercício	49.410	36.565
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(384.066)	(313.208)
Créditos tributários e previdenciários	14	(15)
Ativo fiscal diferido	12.889	(14.355)
Despesas antecipadas	(9.148)	(77)
Custos de aquisição diferidos	(1.621)	(7.580)
Impostos e contribuições	32.820	22.083
Outros ativos	376	(131)
Outras contas a pagar	(1.568)	2.893
Depósitos de terceiros	6.618	232
Provisões técnicas - capitalização	324.315	321.920
Provisões judiciais	98	(97)
Outros passivos	24.050	(24.245)
Caixa consumido pelas operações:		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(32.097)	(22.315)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	22.090	1.670
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	107.500
Distribuição de dividendos	(50.334)	(23.000)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(50.334)	(84.500)
Aumento/(redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	(28.244)	86.170
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	92.085	5.915
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	63.841	92.085

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Capitalização S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de maio de 2012, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre A - 6º andar, em São Paulo - SP, e tem por objeto social a administração e a comercialização de títulos de capitalização em qualquer das suas modalidades ou formas e a prática de outras operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente.

A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

Inserida na vertical de seguros, a Companhia é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Capitalização S.A.	Participação
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	99,9%
Porto Seguro S.A.	0,1%

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro S.A.	0,1%
Porto Seguros S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	0,1%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	Participação
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Itaú Seguros S.A.	0,8%



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre A – 6º andar – Campos Eliseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jaime Brasil Garfinkel.....	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel.....	30,5%
Bruno Campos Garfinkel.....	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel.....	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel.....	100,0%
Itauseg Participações S.A.	Participação
Itaú Unibanco S.A.....	62,4%
Banco Itaucard S.A.....	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.....	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
Banco Itaucard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.....	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.....	39,3
Outros.....	9,0%
(*) Participações nas ações ordinárias.	

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027. LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025 Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada. A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares: • Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos; • Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e • Operacionalização: Normas da Receita Federal. A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas. IMPACTOS ESTIMADOS PARA APURAÇÃO DOS IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS Destacamos o cronograma de majoração da alíquota da CSLL. Durante o exercício de 2025, a alíquota permanece fixada em 15%. No entanto, conforme a nova política de ajuste fiscal, está prevista uma elevação gradual: a alíquota passará para 17,5% em 2026, atingindo o patamar definitivo de 20% a partir de 2028. Esse escalonamento visa equilibrar a carga tributária do setor à medida que as novas regras de apuração de perdas e arrendamento mercantil entram em vigor.

2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. As provisões atuariais, bem como os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos títulos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias: (i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes / Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). (iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, títulos de capitalização, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia: • Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. • Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos. Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia: • Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. • Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos. A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contratos, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre emissão dos títulos de capitalização e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das títulos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de títulos, também são diferidos com o mesmo critério.

3.5 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas são constituídas conforme as legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais e estão descritos resumidamente a seguir: (a) Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída para cada título que está em vigor ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano. Mensalmente a provisão é capitalizada pelo indexador e taxa de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento. (b) Provisão para Resgates (PR) é constituída a partir da data do evento gerador do resgate para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. (c) Provisões para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data de constituição, ainda não tenham sido realizados. (d) Provisões para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída a partir da data da realização do sorteio, sendo atualizada conforme previsto nas condições gerais do plano, desde a data do sorteio até a liquidação financeira. (e) Provisão de Receita Diferida (PRD) é constituída para o diferimento da receita das cotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico.

Abaixo descrevemos as taxas de carregamento dos principais produtos comercializados, disponibilizados no site da SUSEP: Processo SUSEP

	Tipo PU	Taxa Carregamento
15414.901622/2019-81	PU	7,80%
15414.901713/2019-16	PU	6,30%
15414.900181/2019-08	PU	20,10%
15414.902267/2019-67	PU	6,30%
15414.601011/2020-79	PU	8,80%

Processo SUSEP	Tipo PU	Taxa Carregamento
15414.601323/2020-82	PU	7,80%
15414.601325/2020-71	PU	5,90%
15414.601326/2020-16	PU	6,90%
15414.601327/2020-61	PU	7,00%
15414.606126/2020-50	PU	9,70%
15414.606128/2020-49	PU	7,80%
15414.612744/2020-39	PU	7,80%
15414.628604/2023-25	PU	6,37%
15414.628614/2023-61	PU	9,92%
15414.628612/2023-71	PU	6,08%
15414.628605/2023-70	PU	7,90%
15414.628613/2023-16	PU	8,02%
15414.900182/2019-44	PU	20,05%
15414.900327/2019-15	PU	15,67%
15414.900184/2019-33	PU	20,05%
15414.900185/2019-88	PU	20,05%
15414.629717/2025-18	PU	7,22%

3.6 RECONHECIMENTO DE RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

As receitas com títulos de capitalização estão registradas de forma segregada em receitas das cotas de capitalização e de sorteio das cotas de carregamento, tendo como fato gerador: (i) o recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as cotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e (ii) o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a cota de carregamento.

3.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos. Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões. Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços. O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se à parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas. A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%. Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.11 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da realização dos tributos diferidos; (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais; (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e (v) das provisões técnicas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 100,0% (100,0% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impaired".

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção dos seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/companhia. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/Sem vencimento.....	63.840	2.315	92.085	5.231
Fluxo de 1 a 30 dias	104.693	205.364	133.593	193.905
Fluxo de 2 a 6 meses	—	656.717	—	557.723
Fluxo de 7 a 12 meses	38.041	841.559	38.913	702.972
Fluxo acima de 1 ano	2.343.286	623.559	2.059.499	542.126
	2.549.859	2.329.514	2.324.090	2.001.957

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prefixados.....	98,2%	92,4%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	1,8%	7,6%
Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.		
Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.		
Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:		
Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(165.074)
	+ 25 b.p.	(85.681)
Juros pré-fixados	+ 10 b.p.	(35.027)
	– 10 b.p.	35.027
	– 25 b.p.	85.681
	– 50 b.p.	165.074
	+ 50 b.p.	(405)
	+ 25 b.p.	(337)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(270)
	– 10 b.p.	270
	– 25 b.p.	337
	– 50 b.p.	405

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, a Companhia adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	292.414	269.288
(+/-) Ajustes contábeis	(62.173)	(62.185)
Despesas antecipadas	(441)	(77)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(2.434)	(13.215)
DAC não diretamente relacionados à PPNG.....	(59.298)	(48.893)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos.....	(26.654)	(87.156)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(26.654)	(87.156)
(+/-) Ajustes do PLA de nível 1	(8.655)	(10.763)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(8.655)	(10.763)
PLA de nível 1	194.932	109.184
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	1.225	3.097
PLA de nível 2	1.225	3.097
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	8.655	10.763
PLA de nível 3	8.655	10.763
Patrimônio líquido ajustado (PLA).....	204.812	123.044
Capital-base (I)	10.800	10.800
Capital de risco (II)	57.701	71.756
Capital de risco de subscrição	11.103	9.416
Capital de risco de crédito	884	1.049
Capital de risco de mercado	41.578	58.725
Capital de risco operacional	11.747	9.663
Benefício da correlação entre riscos	(7.611)	(7.097)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	57.701	71.756
Suficiência de capital	147.111	51.288

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	63.417	90.688
Depósitos bancários	424	1.397
	63.841	92.085
(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).		

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
LFTs	45.118	45.118	163.314	163.314
Total - circulante	45.118	45.118	163.314	163.314
% das aplicações classificadas nesta categoria:	2%		8%	

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria		
NTNs - F	356.165	334.792
LTNs	83.043	69.232
Total - Não circulante	439.208	404.024
% das aplicações classificadas nesta categoria:.....	18%	20%

O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 462.551 (R\$ 463.030 em 31 de dezembro de 2024).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos		
LTNs	1.429.049	994.057
NTNs - F	465.930	433.844
Total - não circulante	1.894.979	1.427.901
% das aplicações classificadas nesta categoria:.....	80%	72%

O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.850.555 (R\$ 1.282.641 em 31 de dezembro de 2024).

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial.....	2.085.927	1.684.165
Aplicações	239.850	355.083
Resgates	(144.205)	(87.889)
Rendimentos	225.487	170.529
Ajuste a valor de mercado	35.663	(35.961)
Saldo final	2.442.722	2.085.927

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,85	12,10
Fundos exclusivos		
NTNs F	8,44	7,98
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,08	0,07
LTN	12,02	11,42
Carteira própria		
LTN	11,02	11,02
NTNs F	6,99	6,99

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo de diferimento dos custos de aquisição segue a vigência dos contratos. Para a data-base de 31 de dezembro de 2025 mantivemos a prática adotada em 31 de dezembro de 2024, respeitando o período contratual de cada proposta para o conhecimento dos custos diferidos, cujo prazo médio é de 18 meses.

9.1 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial.....	48.893	41.313
Constituição	89.974	71.280
Apropriação para despesa	(79.569)	(63.700)
Saldo final	59.298	48.893
Circulante	49.940	40.792
Não circulante.....	9.358	8.101

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Consti-tuição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	23.602	—	(14.265)	9.337
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	287	100	(57)	330
Provisão de participação de lucros	65	1.802	(470)	1.397
Provisão para obrigações legais	2	2	(4)	—
Outras provisões	22	3	—	25
	23.978	1.907	(14.796)	11.089

10.1.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	1.546	8.640	682	212	2	2	1	4	11.089

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A).....	82.195	60.383
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B).....	(32.878)	(24.153)
Doações/incentivos	970	519
Depósitos judiciais.....	1	—
Participação nos lucros - administradores.....	—	(550)
Outros	(329)	(184)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	92	335
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(32.786)	(23.818)
Taxa efetiva (D/-A).....	39,9%	39,4%



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre A – 6º andar – Campos Eliseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO

11.1 PROVISÕES TÉCNICAS - MOVIMENTAÇÃO

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão de receita diferida - PRD	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2024..	1.731.150	57.921	1.084	5.860	71.776	1.867.791
Constituição de provisão	1.663.422	–	3.172	3.044	–	1.669.638
Atualização monetária e juros	134.080	432	402	11	–	134.925
Pagamento de títulos sorteados.....	–	–	–	(1.792)	–	(1.792)
Pagamento de resgates.....	–	(1.460.616)	–	–	–	(1.460.616)
Títulos cancelados.....	(17.426)	–	–	–	–	(17.426)
Constituição de despesas administrativas...	–	–	–	–	12.840	12.840
Baixa de sorteio decorrido.....	–	–	(3.858)	–	–	(3.858)
Transferência PRA.....	(331.604)	331.604	–	–	–	–
Transferência PRV.....	(1.133.686)	1.133.686	–	–	–	–
Receita com penalidades	(5)	–	–	–	–	(5)
Prescrição de Exigibilidade	–	(9.391)	–	–	–	(9.391)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025..	2.045.931	53.636	800	7.123	84.616	2.192.106
Circulante	–	–	–	–	–	1.720.887
Não circulante.....	–	–	–	–	–	471.219

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão de receita diferida - PRD	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2023..	1.428.514	50.729	1.168	5.085	60.375	1.545.871
Constituição de provisão	1.369.891	–	2.847	2.659	–	1.375.397
Atualização monetária e juros	96.521	611	178	10	–	97.320
Pagamento de títulos sorteados.....	–	–	–	(1.894)	–	(1.894)
Pagamento de resgates.....	–	(1.140.000)	–	–	–	(1.140.000)
Títulos cancelados.....	(17.420)	–	–	–	–	(17.420)
Constituição de despesas administrativas...	–	–	–	–	71.776	71.776
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	(60.375)	(60.375)
Baixa de sorteio decorrido.....	–	–	(3.109)	–	–	(3.109)
Transferência PRA.....	(263.394)	263.631	–	–	–	237
Transferência PRV.....	(882.950)	882.950	–	–	–	–
Receita com penalidades	(12)	–	–	–	–	(12)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024..	1.731.150	57.921	1.084	5.860	71.776	1.867.791
Circulante	–	–	–	–	–	1.434.347
Não circulante.....	–	–	–	–	–	433.444

11.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A) ..	2.192.106	1.867.791
Cotas de fundos de investimento	1.910.584	1.590.554
Títulos de renda fixa - públicos.....	439.208	404.024
Total de ativos oferecidos em garantia (B)	2.349.792	1.994.578
Excedente (B - A).....	157.686	126.787

12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos referente aos títulos de capitalização que estão em processamento, abaixo apresentamos o tempo de permanência dos saldos:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
0 a 30 dias	7.122	504
	7.122	504

13. PROVISÕES JUDICIAIS

13.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cíveis.....	826	716
Fiscais	–	46
Trabalhistas	34	–
	860	762

13.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	46	716	–	762
Constituições	8	912	34	954
Êxito/reversões	(49)	(737)	–	(786)
Pagamentos.....	–	(115)	–	(115)
Atualização monetária	(5)	50	–	45
Saldo em 31 de dezembro de 2025	–	826	34	860
Quantidade de processos.....	–	20	1	21

13.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza cíveis e fiscais que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais	61.911	49.488
Cíveis.....	938	658
	62.849	50.146

FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessa provisão refere-se integralmente ao questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 61.911 (R\$ 42.833 de possível impacto no lucro líquido).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 267.500 dividido em 61.234.692 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As deliberações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias foram aprovadas pela SUSEP durante o exercício.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R\$ 12.631 (R\$ 10.161 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial.....	52	36
Diferimento do exercício	21	52
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(51)	(36)
Saldo final	22	52
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	35,23	32,29

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial.....	1	1
Diferimento do exercício	1	1
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(1)	(1)
Saldo final	1	1

15. CONTRIBUIÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Instrumento de garantia.....	1.641.851	1.350.027
Incentivo	6.032	4.869
	1.647.883	1.354.896

16. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas de comercialização	(90.063)	(71.475)
Variação das despesas diferidas.....	10.405	7.580
	(79.658)	(63.895)

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS

As despesas administrativas diversas referem-se aos custos repassados pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	191.800	136.967
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	33.687	33.562
Outras receitas financeiras	67	10
Total de receitas financeiras	225.554	170.539
Atualização das provisões técnicas de capitalização	(134.925)	(97.320)
Outras despesas financeiras	(2.955)	(1.562)
Total de despesas financeiras.....	(137.880)	(98.882)
Resultado financeiro	87.674	71.657

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

- (i) Comercialização de títulos de capitalização da Companhia para as empresas do Grupo Porto;
- (ii) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;
- (iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da empresa Porto Asset Management;
- (iv) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;
- (v) Serviços de assistência automotiva e residencial contratados da CDF S.A. decorrente de cobertura assistencial;
- (vi) Serviços de "Call center" contratados da Porto Atendimento; e
- (vii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Cia.....	1.769	1.758
Portoseg	653	225
Porto Consórcio.....	45	21
Crediporto.....	36	–
Porto Seguro S.A.....	–	6
	2.503	2.010

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas		
Porto Cia.....	5.990	5.963
Portoseg	795	53
Porto Consórcio.....	11	10
Porto Assistência Participações (i)	20	–
Porto Asset Management	–	–
Porto Seguro Gestora de Recursos	–	–
Porto Atendimento.....	–	–
Porto Saúde.....	–	–
Crediporto.....	–	–
Porto Serviço (i).....	–	–
Porto Assistência (i).....	–	–
CDF Ltda (i)	–	–
	6.816	6.026
Despesas		
Porto Cia.....	(19.584)	(18.470)
Portoseg	(2.788)	(2.950)
Porto Consórcio.....	(445)	(328)
Porto Assistência Participações (i)	–	–
Porto Asset Management	–	–
Porto Seguro Gestora de Recursos	–	–
Porto Atendimento.....	–	–
Porto Saúde.....	–	–
Crediporto.....	–	–
Porto Serviço (i).....	–	–
Porto Assistência (i).....	–	–
CDF Ltda (i)	–	–
	(28.899)	(23.958)

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em Outubro de 2025 a Porto Assistência Participações junto com a CDF S.A. foram incorporadas na Porto Serviço S.A..

19.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir (não existiram transações para 2024):

	Dezembro de 2025
Participação nos lucros - administradores.....	(1.283)
	(1.283)

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício..

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia.....	49.410	36.565
Média ponderada do número de ações durante o exercício	97.992	61.235
Resultado por ação básico e diluído	0,5042	0,5971

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 04 de fevereiro de 2026.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre A – 6º andar – Campos Eliseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP

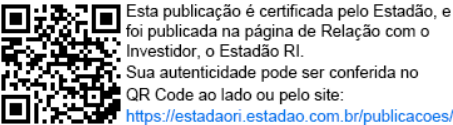


DIRETORIA			
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Presidente	CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing	EMILIO BENTANCOURT Diretor Executivo de Riscos e Governança
RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA Diretor de Negócios	TIAGO VIOLIN Diretor	NELSON SANTOS AGUIAR Diretor
DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1		ANELISA FORTES E FARIA - Atuária - MIBA nº 2457	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da Porto Seguro Capitalização S.A. São Paulo - SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de capitalização Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.5 e 11, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 2.192.106 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão para despesas administrativas. <i>Como nossa auditoria conduziu esse assunto:</i> Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de capitalização, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Ambiente de tecnologia da informação A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.	Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. <i>Como nossa auditoria conduziu esse assunto:</i> Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das	demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 04 de fevereiro de 2026	ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP034519/O Diana Yukie Naki dos Santos Contadora - CRC-SP300514/O
---	---	---	---

Aos Acionistas e Administradores da Porto Seguro Capitalização S.A. São Paulo - SP CNPJ: 16.551.758/0001-58 Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. (“Sociedade”), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Responsabilidade da Administração A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos atuários auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e	experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do	patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Outros Assuntos No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 04 de fevereiro de 2026	ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda. CIBA 57 CNPJ 03.801.998/0001-11 Anderson Gomes Ferreira da Silva Atuário - MIBA 2043
---	---	--	---



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>